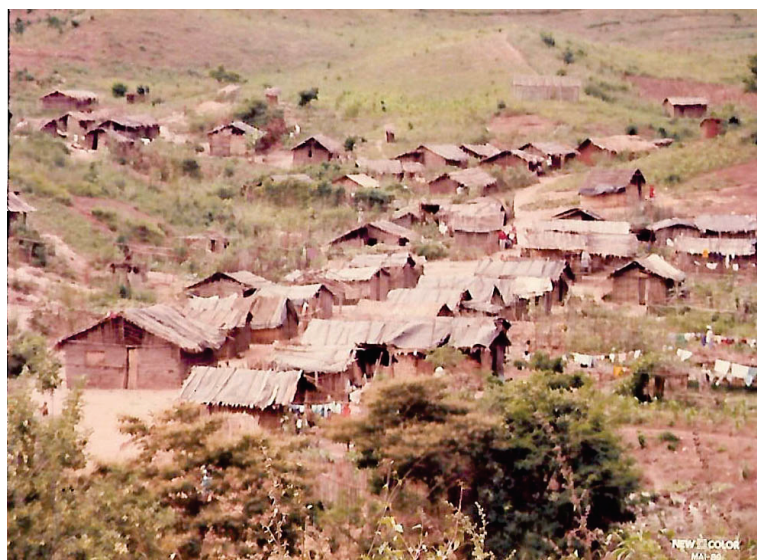


Assentamento Aruega 30 anos de lutas e conquistas

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), criado em janeiro de 1984, é um movimento de luta pela terra, pela reforma agrária e pelas transformações sociais.

A primeira ocupação em Minas Gerais ocorreu em 1988 no município de Novo Cruzeiro. Com o apoio de sindicatos, associações, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), na madrugada do dia 12 fevereiro 400 famílias, cerca de 3.000 pessoas, de 11 municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, ocuparam a Fazenda Aruega. Muitas destas famílias moravam de favor, aluguel ou em propriedades muito pequenas que não possuíam espaço para o cultivo.



Barracos do acampamento

A Fazenda Aruega era uma área improdutiva e o fazendeiro que se declarava dono da terra, não possuía a documentação referente a totalidade da área. No primeiro dia, os/as assentados/as começaram a montar as barracas, organizar o acampamento. As pessoas foram divididas em comissões (comissão de alimentação, saúde, barracas, segurança e liturgia). “O pessoal de Novo Cruzeiro ficou assustado com a chegada dos sem-terra, não sabiam o que estava acontecendo e começaram a dizer: 'Será que é um bocado de índio, será que é um bocado de estrangeiro?’ Uma parte da liderança do acampamento estava viajando, negociando com deputados, governador e presidente a respeito da liberação da terra. No segundo dia, o prefeito e os fazendeiros se reuniram e começaram a montar estratégias para tentar retirar o povo da fazenda. As famílias montaram uma guarita que ficava de vigia 24 horas por dia, pois naquela época tinha os pistoleiros. Também foram chegando policiais, teve época que tinha policial da mesma quantidade dos sem-terra,” relembra o morador Hidelbrando Gomes Ferreira. Ele conta que nessa época o acampamento utilizava foguetes como meio de comunicação para avisar a respeito de alguma ameaça que surgisse.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelos/as sem-terra. Dona Elza Ferreira conta um pouco da sua experiência: “A gente dormia em barracos feitos de lona e às vezes a gente passava era fome. Era um banheiro para 12 famílias, banheiros tapados por lona. A água era difícil, quase não dava para beber. Tinha uma irmã do Rio Grande do Sul que entendia muito de saúde alternativa, ela ficou com a gente durante muito tempo e nos ajudou. Criamos uma comissão na área de saúde e eu era da comissão. Adoecia gente todo dia, porque o povo não estava acostumado a viver daquele jeito. Ficamos assim, 07 anos nos barracos, foi indo até que conseguimos fazer as casas”.

Eliana Ramos Ferreira, moradora do assentamento, conta: “Às vezes a comida chegava cheia de querosene, a gente ficava sem comer ou comia a comida com aquele cheiro de querosene mesmo. Muitas vezes até a polícia interceptava o caminhão de comida, eles pegavam tudo e deixavam a gente sem comer. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) veio e cadastrou todos, mas disse que o assentamento não comportava todo mundo e que os outros deveriam ir para outras terras. Isso fez com que muitas pessoas desistissem e fossem embora. Chegamos a um consenso e ficaram 25 famílias e as outras foram para outros assentamentos”. Em 1994 o governo liberou um projeto para construção de casas de alvenaria e então as famílias se mudaram dos barracos de lona.



Escola Estadual da Fazenda Aruega

Os/as moradores/as do assentamento contam que uma grande dificuldade que tiveram foi o fato do prefeito da época não reconhecer o assentamento como pertencente ao município de Novo Cruzeiro. Então, todas as questões tinham de ser resolvidas em Belo Horizonte, com o governador do estado. Muitas das conquistas como escola, telefone, galpão para reuniões e festas foram obtidas através de muitas reivindicações. Inclusive, em algumas ocasiões os/as sem-terra saíram de Governador Valadares a Belo Horizonte e Governador Valadares à Brasília a pé para reivindicar seus direitos. Durante dois anos, as crianças ficaram estudando com professores voluntários do próprio assentamento. Através de muitas lutas, o INCRA construiu o prédio da escola e o governo autorizou seu funcionamento, dando origem à Escola Estadual da Fazenda Aruega. Outra recente conquista foi uma resolução expedida pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais que dá prioridade aos professores do assentamento a trabalharem na escola do assentamento. Isso motivou os/as jovens a estudarem, pois hoje veem perspectivas dentro da comunidade. A conquista da energia elétrica nas residências também foi muito importante, porém ainda não há iluminação pública nas ruas.

Em relação à produção, os/as assentados/as trabalharam um bom tempo coletivamente. Eram divididos em 11 grupos de trabalho e a produção era dividida com as famílias. Em 2010, o INCRA fez a divisão das terras, sendo 25% da terra para o fazendeiro, conforme o que constava na documentação, e os 75% para o assentamento. A partir daí, os/as moradores/as começaram a produzir de forma individual. Hoje cada um tem o mapa de sua propriedade e eles/as optaram por morar em agrovila devido à facilidade para distribuição de água, energia e realização de reuniões. Em 2015, o assentamento foi atendido com o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

O assentamento também possui a rádio Onda FM que, além do entretenimento, mantém os/as moradores/as informados/as sobre o que se passa dentro do assentamento e no Movimento Sem Terra.

Atualmente, 42 famílias moram no Assentamento Aruega. Neste ano de 2018, 09 famílias serão beneficiadas com a construção de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para produção de alimentos, por meio do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que tem como apoiadores o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).



Assentamento hoje